Mais de duas mil empresas produzem material militar

Janio de Freitas

Funaro sob cerco

Sutis mas inequívocas, extravasam das melhores cercanias do presidente Sarney as indicações de que o ministro Dilson Funaro deixou de estar imune à reforma ministerial, que se aproxima com mais rapidez do que o insinuado, e passa a ser objeto de cogitações que indagam se em sua substituição não estaria o ponto nevrálgico para o restabelecimento da credibilidade do governo.

O desgaste avassalador do ministro Funaro no plano interno ficou demonstrado, em síntese de propriedade insuperável, pela greve de sexta-feira. Mas não pela paralisação, propriamente, pretendida por CUT e CGT.

Há uns quinze dias faziam-se esforços para que empresários de porte oferecessem um almoço ao ministro. Primeiro chamado de homenagem e, à vista do batismo mal recebido, depois reduzido a confraternização, o almoço foi marcado para a segunda-feira passada na suposição de que, consumado o fato pela fixação da data, a resistência empresarial se quebraria, como de costume. Nem a data, porém, se consumou, sendo o almoço suspenso por falta de adesões em número mínimo para não o tornar até ofensivo.

Só pela confirmação da greve o almoço pôde amparar-se no argumento de um sentido antigrevista, como adequada confraternização entre opostos ao movimento sindical e, para fortalecer este argumento, marcada para o dia mesmo da greve.

Reduzir o desgaste de Funaro no empresariado à contrariedade com o congelamento, tal como é feito nas suposições generalizadas sobre as críticas empresariais, é de impropriedade absoluta. O problema é mais complexo, diz respeito à gestão econômica e, não sendo a ocasião de o considerar aqui, pode-se representá-lo por uma expressão: perda de confiança — na competência, nas afirmações, na assessoria. E o Planalto sabe e sente que este sentimento e seus efeitos não ficam circunscritos a um ministro ou um ministério, antes projetando-se, pela força do acúmulo, daquele nível para cima.

Quase toda a sexta-feira da greve e do almoço o ministro dedicou-se ao início de uma ofensiva para reconquista do apoio empresarial, através de sucessivas reuniões em que anunciou numerosas concessões espontâneas e prometeu atender a número ainda maior de reivindicações e sugestões de diversos setores industriais. Sinal muito eloquente.

No plano externo, Funaro não recolheu melhores frutos para sua posição ministerial. A estratégia que aplicou ao tratamento da dívida externa revelou-se fracasso completo. Na verdade, não era estratégia, mas tão só uma sobrecarga de confiança que deixou muito clara a falta de fundamento. O governo acabou tendo de ceder ao diagnóstico e ao receituário do FMI, aviado no pacotaço pelos dois principais assessores do ministro com a viva colaboração do consultor-geral da República. Não altera os fatos, nem a repercussão deles sobre o Planalto, que o ministro e seus assessores aleguem que a renegociação será feita sem o monitoramento do FMI. O monitoramento, em si, tem significado simbólico. O que estava em questão era a política econômica. E nesta, para conseguir acertar um pouco da dívida externa, o ministro cedeu ao FMI. Que, aliás, fará o monitoramento, sim, apenas modificado seu nome para inspeção anual.

Não menos grave para a posição do ministro e para o governo é a reputação negativa de Funaro com muitas das principais figuras importantes na renegociação da dívida. A começar de Paul Volcker, dirigente do órgão que nos Estados Unidos se assemelha a um Banco Central, passando por secretários do governo americano e por numerosos credores oficiais e privados, a maneira agressiva e arrogante das colocações de Funaro, no que seriam encontros de negociação, deixou um lastro de irritação e má vontade que se reflete pesadamente sobre o problema da presente e das futuras renegociações. Logo, sobre o Planalto.

A definição do mandato presidencial depende de êxitos e de apoios.

MÁRCIO CHAER

Repórter da Sucursal de Brasília

As Forças Armadas já cadastraram 2.700 empresas brasileiras que produzem —ou podem vir a fazê-lo— material de uso militar. Trata-se do Plano de Mobilização Industrial (PMI), cujo objetivo, em situações de emergência ou de ameaça externa, é garantir a auto-suficiência militar do Brasil.

O PMI é apenas uma das engrenagens do Plano Nacional de Mobilização, que também atende pelo nome de Estrutura Militar de Guerra, administrado em conjunto pelo Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa), pelos três ministérios militares e pelo Conselho de Segurança Nacional.

Dentro de dois anos, esse sistema integrado estará contando com os seiscentos canais do Brasilsat —satélite doméstimo brasileiro que possui, ao todo, 28 mil canais— destinados ao uso militar. Ao entrarem em comunicação com as estações terrestres do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, esses canais substituirão a precária rede de comunicações por micro-ondas atual.

"Jogos de guerra"

"O produto do trabalho do militar é a segurança e é o que estamos fazendo", disse o ministro-chefe do Emfa, general Paulo Campos Paiva, em entrevista à Folha. Há duas semanas, o general Paiva apresentou ao presidente José Sarney, o "C3 I" —o mais arrojado passo das Forças Armadas em direção à sua informatização.

"C3 I" quer dizer "Coordenação, Comando, Controle e Inteligência", ou seja, um sofisticado esquema computadorizado onde estão armazenados todos os dados estratégicos do país. Funciona como um simulador de situações, que oferece soluções e respostas para quem tem de decidir. Na linguagem cinematográfica, esse recurso, que nos Estados Unidos fica ao alcance do presidente até em seu avião, é conhecido como "jogos de guerra".

O "C3 I" já foi conectado a terminais dos Estados-Maiores das três Forças e poderá, futuramente, ter também um terminal no Palácio do Planalto. A esse sistema será ligado também o Brasilsat e até mesmo a rede de comunicação convencional militar como rádio, telefone e telex.

Auto-suficiência bélica

Entre as muitas lições deixadas pelo conflito das Malvinas aos países do Terceiro Mundo, ficou a do grande risco que representa a dependência externa quando um país entra em guerra. Cliente de países aliados à Inglaterra, como os Estados Unidos, a Argentina teve seu fornecimento de armas e munições prontamente cortado.

Desde então, o Brasil, que já vinha desenvolvendo estudos estratégicos para sua auto-suficiência bélica, passou a intensificar seu parque industrial. "A mobilização não está voltada apenas para a possibilidade de guerra, mas o país precisa estar apto a transformar sua estrutura de paz em uma estrutura de guerra. Por menos que se deseje o conflito, é preciso se antecipar a essa eventualidade", diz o general Paiva.

O aparato do Plano Nacional de Mobilização estende-se por quatro campos —o militar, administrado pelo Emfa; o econômico, a cargo da Secretaria de Planejamento; o político, com os Ministérios da Justiça e das Relações Exteriores e, finalmente, o psico-social, atribuído à Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República.

Encomendas educativas

O acentuado desenvolvimento da indústria bélica nacional é o principal reflexo desse trabalho. Os institutos de pesquisa do Exército, da Marinha e da Aeronáutica passaram a desenvolver a tecnologia necessária para produção industrial, no Brasil, de munições, armamentos e todo tipo de material militar.

Cada uma das Forças singulares passou a cadastrar as indústrias de seu interesse. Um sistema militar de catalogação foi instituído para codificar e classificar os materiais por grupos e classes. Em busca de economia, passou-se a trabalhar na padronização de equipamentos, de instrumentos e de calibres para o fornecimento aos três ministérios.

Os ministros militares passaram a se envolver pessoalmente na promoção dos produtos bélicos brasileiros no exterior. "Encomendas educativas" foram instituídas como forma de estimular as empresas consideradas de interesse nacional, que, por essa razão, passaram a ter seus funcionários dispensados do serviço militar. Hoje, porém, já se está examinando o fim dessa prerrogativa.

Como o material de uso militar vai desde o botão da farda até o tanque de guerra, passando pela barraca de campanha e pela instrumentação eletrônica, a preocupação com o desenvolvimento tecnológico e industrial extrapolou à área militar. O ex-ministro-chefe do Emfa, almirante José Maria Amaral, pretendia até mesmo obter financiamento do BNDES para dotar melhor empresas de que as Forças Armadas viessem a necessitar.

Na área de alimentos, por exemplo, a Comissão de Alimentação das Forças Armadas (Cafa) trouxe para o Brasil a sofisticada tecnologia da ração liofilizada —alimento sinético fabricado com ausência absoluta de água. Com isso, a ração de combate individual brasileira experimentou um salto de qualidade. Hoje, as empresas envolvidas no projeto já exportam a ração brasileira para as Forças Armadas de diversos países.

Ração de soldados é guardada em pequenos invólucros

Alimento para uma semana elaborado em seis cardápios —café, sobremesa, vitaminas, goma de mascar, fogareiro, comprimidos para purificação de água—, tudo embalado em um compacto invólucro de 1,2 kg, compõe a nova ração operacional das Forças Armadas Brasileiras.

Com alguma variação, esse é o alimento que possibilita a permanência dos soldados brasileiros na selva ou na base polar Comandante Ferraz, na Antártida, onde se faz os mais recentes testes para alimentação em regiões glaciais.

A duração desse tipo de alimento é de um ano e sua composição calórica de 3.600 unidades (quatro mil calorias no caso da ração para regiões frias). Anualmente, são consumidos pelas Forças Armadas quatrocentos mil conjuntos de rações desse tipo. O custo de cada conjunto é de Cz$ 125,00, que deverá ser reduzido com as modificações projetadas pela Comissão de Alimentação das Forças Armadas (Cafa).

Para a Aeronáutica, a Cafa desenvolveu um tipo de ração ainda mais compacta, que os pilotos podem transportar em seu próprio cinto. A cautela contempla a possibilidade de o aviador precisar se ejetar da sua aeronave e cair em regiões inóspitas.

O problema enfrentado pela Cafa — a exemplo do que ocorre com a indústria civil de alimentos— é a embalagem das rações que, além de resistente para enfrentar todo tipo de impacto, deve proteger seu conteúdo da água e do calor.

Provisão de alimentos sintéticos para uma semana

Foto Tadashi Nagakome - Free lance

Cada ração individual de combate contém 1,2 kg

Livro reconstitui história da morte de militantes do PC do B em 1976

G. ARONSON
o paraíso dos eletrodomésticos!